

“CASAS DE SOLIDARIEDADE”: INSTITUIÇÕES QUE MOBILIZARAM MULHERES A ESCREVEREM CONTRA O COLONIALISMO

“SOLIDARITY HOME”: INSTITUTIONS THAT MOBILIZED WOMEN TO WRITE AGAINST COLONIALISM

FABIANA MIRAZ DE FREITAS GRECCO ¹

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

<https://orcid.org/0000-0002-4671-4979>

mirazfabi@gmail.com

RESUMO: O presente artigo tem como finalidade esclarecer a respeito do papel desempenhado pelas mulheres, especificamente no que concerne ao desenvolvimento da literatura e de atividades voltadas para a construção de solidariedade entre elas. A partir dos documentos presentes no arquivo da CEI, da Fundação Mário Soares, procuraremos desenvolver uma crítica de viés histórico e literário sobre o contingente feminino e suas ações em prol da atenuação e extinção das diferenças entre os gêneros, prevendo a valorização do contributo feminino no surgimento das literaturas nacionais e no fortalecimento das lutas pelas independências das colônias africanas de Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: História; Literatura; Política; Feminismo.

ABSTRACT: This article aims to clarify the role played by women, specifically with regard to the development of literature and activities aimed at building solidarity among them. From the documents present in the CEI archive, from the Mário Soares Foundation, we will seek to develop a historical and literary critique of the female contingent and their actions in favor of the attenuation and extinction of the differences between the genders, foreseeing the valorization of the feminine contribution in the emergence of national literature and the strengthening of the struggles for independence in Portugal's African colonies.

KEYWORDS: History; Literature; Politics; Feminism.

¹ Doutora em Literaturas Comparadas de Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp/Assis), atualmente desenvolve pós-doutoramento na Universidade de São Paulo (Usp), cujo tema é a CEI – Casa dos Estudantes do Império.

Nos anos de 1944 a 1965, em Portugal, mais especificamente em Lisboa, desenvolveram-se diversas atividades na chamada CEI – Casa dos Estudantes do Império e suas delegações em Coimbra e Porto, criadas pelo Estado Novo para garantir a unidade do império português. O que se passou, no entanto, foi o contrário de sua proposição. Deu-se, nesse espaço, a elaboração, por parte dos seus membros, do desenvolvimento de ideias e formas de ação contra o colonialismo e a favor das independências das colônias chamadas ultramarinas.

A partir da instituição formada por alunos angolanos, a “Casa dos Estudantes de Angola”, outros estudantes, vindos das diversas colônias africanas e orientais portuguesas, resolveram também formar “casas” para se agruparem. No entanto, em 1944, o então ministro das colônias Francisco Vieira Machado promove a unificação dessas diversas casas sob o nome de “Casa dos Estudantes do Império”. Dessa maneira, a intenção era garantir a unificação do império, facilitando a tutela desses estudantes por órgãos centrais do Estado como a Mocidade Portuguesa e o Ministério das Colônias.

Nos seus primeiros anos, os membros pertencentes à Casa são, em sua maioria, brancos, filhos de colonos do quadro da administração branca. No entanto, também fizeram parte alguns mestiços e um pequeno contingente de negros. Assim, a CEI era constituída pela elite colonial, ou seja, pelos colonos que detinham determinado poder aquisitivo e que, sendo assim, tinham condições financeiras de encaminhar os filhos para estudar na metrópole. Esse início da CEI (1944 -1945) é chamado, pelo historiador português Fernando Rosas, de “fase imperial”. Com a exaltação de Marcelo Caetano e da Mocidade Portuguesa, a Casa é vista como importante órgão para o desenvolvimento da formação colonial daqueles jovens estudantes.

Todavia, a partir de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, uma mudança radical começou a transformar a CEI, à medida que seus membros iam se distanciando completamente do intuito inicial de criação da Casa pelo ministro e da aliança com a Mocidade Portuguesa, para aliar-se ao MUD – Movimento de Unidade Democrática e às ideias do neorrealismo. O boletim da CEI, que também teve representação em Coimbra pelo *Meridiano*, formou uma espécie de publicação em que a literatura e os assuntos relacionados à resistência colonial começaram a ganhar corpo e visibilidade. Já nesse primeiro momento da CEI, foram realizados os primeiros relatórios da PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado, que pretendiam denunciar ao governo e conter os estudantes comunistas da Casa.

De 1952 a 1960, a política colonial passou por mudanças profundas, com a proposta de integrismo oficial das colônias. Assim, o ato colonial passa a fazer parte da constituição e as colônias se transformam em províncias ultramarinas. Nesse período, há um intenso investimento de capitais nas colônias africanas, com exploração de matérias-primas, construção de grandes infraestruturas, portos, caminhos de ferro, e intensificação das relações comerciais. Como consequência, há a “desestruturação acelerada das comunidades africanas tradicionais [...] das políticas de contratos, de trabalho compelido, culturas obrigatórias, uma desestruturação muito violenta” (ROSAS, 1994, p. 18).

Além do desenvolvimento das indústrias, do comércio e das importações e exportações, outros fatos marcantes vão determinar a virada de direcionamento da CEI, cuja proposta inicial era a de servir ao propósito colonialista. O massacre de Batepá em 1953, em São Tomé e Príncipe, o massacre de Pidjiguiti, na Guiné Bissau, a revolta dos trabalhadores na Baixa do Cassanje e as revoltas dos contratados no norte de Angola, além das repercussões das reivindicações da União Indiana sobre os territórios das colônias, endossam o posicionamento dos membros da CEI, para opositores do regime fascista de Salazar e do colonialismo português. Dessa forma, os associados da Casa aliam-se não mais a uma “mocidade portuguesa”, mas aos movimentos liderados pelo PCP – Partido Comunista Português, como foi o MUD – Movimento de Unidade Democrática – estudantil.

Além do MUD, ideias vindas do neorrealismo e do Ateneu de Coimbra impulsionam a formulação de uma literatura preocupada com a opressão colonial e a luta pela libertação nacional dos países africanos sob o domínio de Portugal. Sofrendo ameaças da PIDE, de desmantelamento da Casa, assim como restrições financeiras, corte de subsídios para a manutenção da sede, a CEI sobrevive até 1965, quando é invadida pela PIDE e “esvaziada, saqueada e encerrada” (ROSAS, 1994, p. 22).

Nesse mesmo período houve a criação da Mocidade Portuguesa Feminina, seção feminina da MP, responsável por disseminar e garantir que as ideias do governo sobre as mulheres se consolidassem. Vincada na tríade “Deus, Pátria e Família”, a ideologia do Estado Novo de Salazar propunha trazer a mulher de volta ao lar, mediante uma educação direcionada a fazê-la interiorizar o seu papel de gênero. Com isso, foram criadas inúmeras leis que cercearam as mulheres portuguesas, que deveriam obedecer também e prioritariamente às leis da Igreja Católica quanto ao papel da mulher dentro da família, enaltecendo o “espírito de submissão, de aceitação acrítica da sua sorte, através, mesmo, da devoção cristã” (MELO, 2017, p. 27).

Ao mesmo tempo em que a mulher era chamada para voltar ao lar, pelo Estado Novo, existiam outras organizações de resistência a essa política. O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas – CNMP foi uma organização composta exclusivamente por mulheres, sendo a mais duradoura da história dessas associações, fundada em 1901. Seu estatuto defendia: “tudo o que diga respeito ao melhoramento das condições materiais e morais da mulher; remuneração equitativa do trabalho, proteção à criança” (MELO, 2017, p. 181) etc. O Conselho partilhava dos mesmos ideais políticos que o MUD, opondo-se veementemente à política de Salazar. Uma das diretoras mais representativas do Conselho foi a escritora Maria Lamas, que esteve no comando de 1945 a 1947, e propunha a “dignificação da mulher e a defesa de seus direitos” (MELO, 2017, p. 184).

Apesar de ter sido encerrado em 1947, pela PIDE, o Conselho lutou durante muitos anos para garantir os direitos das mulheres portuguesas, resultando na aglutinação dos movimentos feministas, propiciando a afirmação de novas gerações de feministas, que deram continuidade às lutas e às reivindicações iniciadas e mantidas por mais de três décadas de existência do CNMP. Um dos discursos de Maria Lamas que demonstra uma dessas reivindicações ressalta a implicação do lugar da mulher na política:

Na agricultura, nas fábricas de material de guerra, nos serviços públicos, nos hospitais, e até nas mais complicadas e perigosas missões de caráter internacional, a mulher esteve presente com sua inteligência, a sua capacidade de adaptação e competência técnica, a sua resistência física e moral, a sua dedicação sem limites. Ela foi operária, trabalhadora rural, médica, funcionária, aviadora, meteorologista, foi tudo (LAMAS *apud* MELO, 2017, p. 191).

Outra associação feminina, a Associação Feminina Portuguesa pela Paz, também desempenhou um importantíssimo papel nas lutas das mulheres por seus direitos em Portugal. Em 1946, a AFPP se filiou à CNMP, e tinha a preocupação de enaltecer o papel da mulher na formulação de políticas para a paz. No entanto, é também dissolvida, em 1952, pelo Ministro do Interior, com a denúncia de que as associadas realizavam “actividades de caráter comunista” (MELO, 2017, p. 191).

Além dessas associações, havia a circulação de dois jornais para “mulheres clandestinas” (LOFF, 2014, p. 171). O jornal *3 Páginas para as Camaradas das Casas do Partido*, de iniciativa de Cândida Ventura, natural de Lourenço Marques, em Moçambique, foi criado em 1946, dirigido às amigas ilegais e redigido por estas, especificamente direcionado às mulheres clandestinas em Portugal. *3 Páginas* contou com

68 números até 1956, quando foi substituído por *A Voz das Camaradas das Casas do Partido*, editado até 1970. Os jornais tinham os mesmos objetivos, quais sejam:

Quebrar o isolamento, estimular as camaradas a escrever, porque havia muitas camaradas que eram quase analfabetas, estimular as camaradas a estudar e dar um apoio às camaradas no sentido de alguns problemas da defesa da casa e discutir também problemas políticos atuais e pô-las a escrever sobre esses problemas [...]. As questões do estudo, da formação política, da alfabetização estão dispersas em muitos artigos, mas mesmo assim surgem alguns artigos dedicados especificamente à importância do estudo. Podemos pois considerar que esta não era uma questão menor [...]. Verificamos que o termo mais utilizado é “estudo”, muito mais do que leitura. A leitura aparece como uma forma de acesso ao estudo, assim como a alfabetização é necessária para o acesso à leitura. O estudo vai para além da leitura, sendo necessário para se conhecer e compreender algumas questões consideradas especiais, nomeadamente a situação do país e do mundo, a posição política do PCP, assim como o comportamento a adotar para a *defesa conspirativa* ou em caso de prisão e para se adquirir uma “cultura geral” (NOGUEIRA, 2014, p. 179).

Além das leituras dos clássicos comunistas, também se encontrava entre as leituras das casas clandestinas obras do neorrealismo e do realismo soviético, fazendo assim a formação política muito mais por um viés afetivo, por meio da literatura:

A cultura comunista estabeleceu fortes pontes com o mundo literário, nomeadamente com o neo-realismo, o que gerou cumplicidades e afinidades afetivas com estes autores. A leitura das mesmas obras e dos mesmos autores, censurados e impossíveis de adquirir legalmente, construíram marcos de um percurso calcorreado por inúmeros indivíduos que, concordando nas referências aos mesmos textos e autores, não pode ser reduzido a mera coincidência. A leitura dessas obras criou um sentimento de pertença, uma identidade de grupo e uma cultura própria que se distinguiu não só, mas também, pelo tipo de leituras que fazia. Os escritores: o brasileiro Jorge Amado e as suas primeiras obras *Cacau*, *Jubiabá*, *Capitães da Areia* ou *Subterrâneos da Liberdade*, Gorki com *A Mãe*, alguns realistas americanos designadamente Steinbeck e *As Vinhas da Ira*, os franceses onde se destaca Zola e os neo-realistas portugueses Alves Redol e Soeiro Pereira Gomes entre outros, constituíam um guia de leituras, cujos livros eram na sua maioria adquiridos clandestinamente e passados de mão em mão funcionando como meio de introdução ao marxismo, que captava de forma afetiva, pela emoção e pela exaltação de princípios éticos e valores morais (NOGUEIRA, 2014, p. 185).

Apesar de ser adquirida clandestinamente, a literatura que formou esses grupos de resistência também teve uma “casa”, conhecida como “Clube Marítimo Africano”. Esse clube foi formado quase exclusivamente por trabalhadores africanos da Marinha Mercante, frequentado apenas por homens, que

participavam de associações ou movimentos políticos clandestinos de caráter marxista. Apesar de restrito aos homens e pertencente à marinha, o Clube mantinha estreito relacionamento com a Casa dos Estudantes do Império e o Centro de Estudos Africanos, que se organizaram política e socialmente para lutar em prol das colônias. O trânsito cultural e de obras decisivas entre essas “casas” era evidente, como menciona Filipe Zau em *Marítimos africanos e um clube com história* (2007).

Se a CEI foi e é vista como “uma casa de solidariedade”, vale questionarmos se houve solidariedade também com relação às mulheres vindas das colônias. Como eram as opiniões dos compatriotas, do MUD, da CEI, até da CNMP e da AFPP, com relação às questões de gênero? Houve uma preocupação quanto a esse tema na Casa dos Estudantes do Império? De acordo com Inocência Mata (2015, p. 33), sobre a participação das mulheres dentro da CEI, “essa ausência quase total de escritoras torna pertinente um estudo sobre a participação de mulheres no projecto da CEI (e decorrente deste, o seu lugar na superestrutura dos movimentos de libertação)”. No entanto, é necessário destacar que

Dados estes constantes apelos aos modelos de solidariedade entendidos como “fraternidade”, é importante não escamotear o facto de que, embora a *Mensagem* publicasse artigos de várias mulheres, nomeadamente Alda do Espírito Santo, Noémia de Sousa, Alda Lara, entre outras, era uma publicação maioritariamente masculina, o que traduz as exclusões autorizadas nas comunidades novas imaginadas por muitos dos contribuidores da revista. Nas páginas da revista, a opressão de género não estava sujeita a um grande escrutínio. Ao analisar o movimento ultramarino, é importante reconhecer a “fraternidade” como fortemente diferenciada por género, no mínimo, e fortemente exclusiva, no máximo (CASTELO, 2017, p. 134).

Apesar desta constatação, em 1948, o Dr. Ricardo Fernandes publica, no boletim *Mensagem*, um texto de caráter feminista, mesmo que fosse sobre o feminismo na Índia: “O Movimento Feminista na Índia Contemporânea”. Houve a presença de estudos críticos que contribuíram para que a comunidade interna e externa da CEI pensasse sobre a situação das mulheres naquele momento, não somente na Índia, mas também nas colônias portuguesas.

Havia ainda um local fora da CEI, conhecido por CEA – Centro de Estudos Africanos, que realizava reuniões com diversos membros da CEI, inclusive Mário Pinto de Andrade, Amílcar Cabral, Francisco José Tenreiro, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos, entre outros, na casa onde morava Alda do Espírito Santo, com o secretariado a comando de Noémia de Sousa. Mata ainda ressalta que, apesar de não se ter comprovação

documental de mulheres que chegaram a ocupar cargos de liderança na CEI, é sabido que desde os anos 1940 houve “sócias da CEI que desempenharam funções na Direcção e na Assembleia Geral, bem como nas secções” (MATA, 2015, p. 33). De acordo com Mário Pinto de Andrade, as leituras feitas na CEI encorajaram seus membros a escrever com consciência política:

É preciso tomar em consideração este facto, de que o camarada [Amílcar] Cabral falava muito: os homens dessa geração, eu diria da geração de Cabral, foi uma geração que leu os mesmos livros, quer dizer formaram-se em torno dos mesmos problemas, das mesmas preocupações. Nós todos, já em 1948-49 seguíamos, evidentemente, o triunfo da revolução chinesa, os sucessos da URSS, o que se passava na América do Norte (todos nós lemos um livro sobre os negros da América). Estávamos atentos ao que se passava no Brasil e líamos os romances de Jorge Amado, decorávamos e recitávamos os mesmos poemas [...]. Tais poemas ritmavam a nossa consciência comum de patriotas africanos. Líamos e encorajávamos a produção poética do camarada Agostinho Neto, que exprimia na poesia aquilo que nós pensávamos todos (ANDRADE, 1973, p. 6-7).

Partindo do trabalho de Margarida Lima de Faria e Sara Boavida, no artigo “Os associados da Casa dos Estudantes do Império: breve análise sociográfica” (2017), constata-se, a partir do cadastro dos sócios disponibilizado no site oficial da UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, do acervo pertencente aos arquivos da PIDE, na Torre do Tombo, em Lisboa, que o número de associados da Casa era, em sua maioria, de sócios do sexo masculino. Segundo o gráfico apresentado pelas autoras, 79% dos associados eram homens. Essa porcentagem denuncia a limitação das mulheres aos espaços de estudo, que somente serão mais acessíveis a elas a partir dos anos de 1960/1961, com a democratização do ensino.

No entanto, um fato a ser observado nos ficheiros dos sócios é que grande parte do contingente feminino da Casa era da elite “mais alta” das colônias, cujos pais tinham instrução média e superior; ao passo que os homens vinham das mais variadas origens, até das mais humildes, mas não deixando de ressaltar que eram as elites das colônias que formaram os membros da CEI:

A Casa foi o espaço em que estas elites das diversas ex-colônias portuguesas, pela primeira vez reunidas, ao virem estudar para a metrópole, reafirmaram ou tomaram consciência da sua condição de diferença em relação aos portugueses europeus. Uma diferença que, através da Casa, foi tomando expressão a partir da cultura e que, a prazo, iria demandar a independência política (CASTELO, 2017, p. 197).

De acordo com o mesmo artigo, há a especificação das graduações cursadas pelos membros e, entre as mais escolhidas por eles, para além de Medicina e Engenharia, figura Letras como um dos cursos com mais matrículas dos associados da Casa dos Estudantes do Império. Esses dados estatísticos, retirados das fichas de admissão dos membros da CEI durante os seus anos de existência, só vêm a corroborar com a importância decisiva das Letras, ou seja, das atividades culturais e, principalmente, literárias dos associados da Casa. Dela emergiram os grandes nomes das literaturas nacionais angolana, moçambicana, cabo-verdiana, guineense e são-tomense, para citar apenas as colônias africanas.

O papel da literatura na luta anticolonial teve a função de construir uma ideia de comunidade, de nação, por meio da escrita. A literatura tornou-se “uma arma fundamental na luta de libertação” (MATA, 2017, p. 154). Não é à toa que o boletim da Casa, *Mensagem*, foi crucial na difusão das ideias anticolonialistas e de resistência ao regime fascista de Salazar. Muitos poetas e ficcionistas que publicaram no boletim e nas demais publicações literárias da CEI, ou já vinham desenvolvendo a atividade, ou se tornaram escritores nesse meio. Com relação à porcentagem de publicações das mulheres associadas, essa também é muito pequena, porém, de valor extremamente significativo. Nomes como Alda do Espírito Santo, Alda Lara, Noémia de Sousa, Maria Manuela Margarido, Inácia de Oliveira, Vitória de Sousa, Maria João Abranches, Maria do Céu e Eugénia Cruz, por exemplo, fazem parte das escritoras da CEI.

No entanto, com a disponibilização, pela Fundação Mário Soares, de parte dos arquivos da Casa, é possível perceber, em entrevistas, cartas, rascunhos e outros documentos, que o papel dessas mulheres vai além de escrever literatura. Conjuntamente com aquela atividade, muitas vezes, essas escritoras e estudantes realizavam traduções de textos importantes que serviriam de veículo de ideias para a afirmação da cultura negra, tanto quanto para a elaboração de ideias de libertação. Noémia de Sousa realizou algumas traduções, assim como Rute Magalhães que, apesar de não figurar no rol de escritoras, participou em várias atividades da Casa: editorial, cultural, seção de estudos ultramarinos e tradutora dos comunicados do MPLA, que depois eram divulgados e enviados para Angola em caixas de sapatos. Rute afirma que essas atividades desempenhadas na Casa foram de indubitável importância para o desenvolvimento da sua consciência político-ideológica e cívica:

Aos poucos fui participando de várias atividades da Casa, desde à editorial, à cultural, à secção de estudos ultramarinos [...]. A par disso, a aproximação ao MPLA foi natural, não sei como, nem quando, mas quando dei conta estava a traduzir os comunicados do MPLA,

que depois eram divulgados e enviados para Angola, [...] em caixas de sapatos. Isso levou algumas pessoas à prisão [...]. A Casa para mim foi uma experiência fundamental no desenvolvimento da minha consciência político-ideológica e cívica [...] sem a Casa eu não seria a pessoa que sou hoje (MAGALHÃES, 2017, p. 113).

O material disponibilizado eletronicamente por meio de página da *Web* da Fundação Mário Soares, intitulada “Casa Comum” – remetendo à obra de Orlando da Costa em *Os netos de Norton*, de 1994 –, foi aberto ao público em 29 de fevereiro de 2016 e abriga uma parte do acervo da CEI e de seus membros. Na descrição do conteúdo, há a informação de que são documentos que pretendem dar uma amostra do percurso da Casa dos Estudantes do Império, bem como das suas relações com o mundo exterior, destacando-se a França, nomeadamente o periódico *Présence Africaine* e seus autores. Esse espólio estava até 1974 depositado no forte de Caxias, depois ficou à guarda da Comissão de Extinção da PIDE-DGS.

Dos materiais que constam, destacamos as correspondências; as publicações periódicas; a seção editorial, que contém os manuscritos da produção dos autores da Casa; a seção de estudos ultramarinos; os documentos internos; as edições; as fotografias; os desenhos e caricaturas, entre outra documentação disponível. Salientamos que, em uma pesquisa rápida, deparamo-nos com um conjunto de poemas manuscritos de Alda Lara, assim como de Noémia de Sousa. Há um conjunto de poemas de Noémia de Sousa, por exemplo, escritos em Lourenço Marques, Moçambique, entre 1948 e 1951, que interessam também para traçar um percurso literário da autora.

A organização dos documentos da CEI pela Fundação Mário Soares foi mantida conforme tinha sido previamente estruturada e inventariada pelos antigos sócios, que promoveram a recolha de materiais, e em particular, por Alda Freudenthal. Além dos arquivos da CEI, a Casa Comum também disponibiliza os arquivos de Amílcar Cabral e Mário Pinto de Andrade, por exemplo. Nesses arquivos temos, nas seções de correspondência, muitas cartas trocadas entre os autores que pertenciam à CEI, entre eles, Noémia de Sousa, Alda Lara e Alda do Espírito Santo. Os demais arquivos da CEI estão espalhados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, na Biblioteca Nacional de Portugal, na Hemeroteca Municipal de Lisboa, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, na Imagotheca da Câmara Municipal de Coimbra, no Centro de Documentação e Informação Amílcar Cabral – CIDAC e no Gabinete de Estudos Sociais do Partido Comunista Português, em Lisboa.

A investigação nesse material, tanto disponibilizado *online*, quanto aquele pertencente a outras instituições e organizações mencionadas, traça também o percurso das mulheres da Casa dos Estudantes do Império. Por meio dos documentos existentes, é possível trazer à luz o papel desempenhado por mulheres na CEI, desde a produção literária às traduções, às correspondências com as comunidades exteriores, inclusive os movimentos e organizações feministas (CNMP/AFPP), até mesmo demais funções administrativas. Mesmo que em pequeno número, dada a realidade das colônias e a própria realidade das mulheres inseridas nesses espaços, e justamente por isso, é necessário relacionar a produção literária com as demais funções desenvolvidas por elas, e que ainda estão nos bastidores que os arquivos mantêm.

A título de exemplo, podemos citar o caso particular de Alda do Espírito Santo, cuja família, de São Tomé e Príncipe, possuía uma casa para que os seus filhos e demais parentes estudassem na metrópole, ou seja, em Lisboa, local onde se criou o CEA – Centro de Estudos Africanos. Outra atividade importante efetuada por Alda do Espírito Santo, quando lecionou em São Tomé, nos anos 1950, foi a sua denúncia sobre o massacre de Batepá para os associados da CEI, em Lisboa, que não tinham ideia do que se passava na África. Ainda, sua poesia é marcada pela necessidade de fazer a mulher africana acordar para a sua realidade, que é muito diferente daquela representação estereotipada vista nas lendas e nos romances. Já a poeta Alda Lara proferiu a palestra “Os colonizadores do século XX”, ainda nos anos 1940, que também integra o boletim da CEI, dialoga com a marca de individualidade de sua poesia, mas revela a força da sua nacionalidade angolana e a sua natureza solidária.

Em “Reflexões em torno dos contributos literários na *Mensagem* da CEI”, Ana Maria Martinho sublinha que o crítico Alfredo Margarido, em texto emblemático sobre a pessoa e a obra de Alda Lara, afirma que sua poesia é “incompleta, porque vive fundamentalmente do mundo da infância ou de uma primeira fase da adolescência” (MARTINHO, 2015, p. 60), considerando que seus versos não contêm uma angolanidade mais madura, cujos elementos são significativos diante da afirmação da identidade nacional. Todavia, é preciso que se faça uma revisão crítica de tal poesia, para acrescentar-lhe uma nova leitura, longe de paradigmas instituídos por uma determinada época. Ao contrário, é preciso reexaminar o momento histórico em que se construiu a sua obra, com uma focalização no feminino.

Em *A Casa, o Império, o Mundo: pistas de investigação futura*, Cláudia Castelo (2017, p. 265) desenvolve alguns argumentos a respeito da necessidade de futuras pesquisas sobre a CEI, ressaltando que

são bem-vindos os trabalhos de cunho historiográfico. Segundo a autora, a Casa já é reconhecidamente um lugar de memória antifascista e anticolonialista, um espaço de tomada de consciência política. É também transnacional, ao passo que, situada na metrópole, é confluência de vários outros locais, revelando os traços do global no local. Castelo (2017, p. 269) destaca que esse mesmo espaço também pode ser estudado no sentido de uma “comunidade afetiva”, na qual “jovens de diferentes origens descobriram afinidades e forjaram amizades no meio do seu próprio processo de crescimento e autoconhecimento, consciencialização social e política e questionamento do mundo”.

A respeito dessa comunidade afetiva, temos como exemplo as correspondências que podem dimensionar como eram as relações entre as mulheres naquele cenário cultural. Joana Passos (2020) nos fala de uma ligação entre Alda Lara, Alda do Espírito Santo e Noémia de Sousa, por exemplo, com a cineasta e esposa de Mário Pinto de Andrade, Sarah Maldoror, falecida no ano de 2020, em consequência da Covid-19. Maldoror foi uma das primeiras mulheres a dirigir um longa-metragem em um país africano.

De acordo com Fernando Rosas (2001), o projeto autoritário do regime de António de Oliveira Salazar, entre os anos 1930-40, fixou-se num ideário “palingenético”, ou seja, a decadência nacional seria superada pela retomada do curso da história portuguesa, vincada no mito imperial, que se fundamentava em colonizar e evangelizar. O discurso aclamava os mitos: vocação, ruralidade, pobreza honrada, destino e a essência católica como definidores da nacionalidade portuguesa. Com isso, a repercussão desse discurso na relação da metrópole com suas colônias foi de um nacionalismo extremo, que sublinhava as diferenças entre os colonizadores e os colonizados, entre os “civilizados” e os “selvagens”. Assim, em 1930-40, diversos congressos, feiras e exposições, publicações impressas, cinema e outros meios divulgavam essa ideologia “civilizatória”.

Em *Os direitos das mulheres no Estado Novo* (2017), Helena Pereira de Melo traz as diversas leis impostas pelo regime às mulheres, cuja finalidade única era cercear sua liberdade para que elas permanecessem subalternas no trabalho, submissas ao marido, e acrílicas na religião, sustentando a ideia de que a função da mulher é a de gerar filhos e cuidar da família. Demonstra, durante as análises das leis, que esse foi um projeto que se iniciava desde a formação escolar, nos tenros anos, desde as leituras infantis e brincadeiras com bonecas, à imposição das leis do matrimônio e do trabalho, que se dividia entre aqueles que eram destinados e proibidos a elas.

Todavia, uma oposição bem estruturada e representada lutou veementemente contra os retrocessos que o Estado Novo trouxe também às mulheres portuguesas e das chamadas “colônias ultramarinas”, unindo-as em “casas” nas quais era possível a elas aprender a ler, estudar e, principalmente, escrever, produzindo artigos críticos, poesia, narrativa e demais textos que representam a sua luta contra o colonialismo e a segregação por gênero.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário Pinto de. Amílcar Cabral: perfil de um revolucionário africano. *Présence Africaine*, Nova série bilingue, n. 86, 2º trimestre, 1973.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivística: objetos, princípios e rumos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CASTELO, Cláudia; JERÓNIMO, Miguel Bandeira. *Casa dos Estudantes do Império: dinâmicas coloniais, conexões transnacionais*. Lisboa: Edições 70, 2017.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória no mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 129-149, 1991.

COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. *Registro*, Indaiatuba/SP, n. 3, jul. 2004.

EVERDOSA, Carlos. *Era no tempo das acácias floridas*. Linda-a-Velha: Alac, 1989.

FERREIRA, Manuel; MOSER, Gerald. *Bibliografia das literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

FERREIRA, Manuel; AMARÍLIS, Orlanda (Dir. e Org.). *Mensagem – Boletim da Casa dos Estudantes do Império*. Lisboa: ALAC, 1996. 2 v.

FONSECA, Isadora de Ataíde. *A Imprensa e o Império na África Portuguesa 1842-1974*. Lisboa: Edições 70, 2019.

FREUDENTHAL, Alda (Coord.). *Mensagem – Casa dos Estudantes do Império 1944-1994*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Municipal/UCCLA, 2015.

HOOKS, Bell. *Teoria feminista – da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2020.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira (Org.). *O Império colonial em questão – poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70, 2012.

LARA, Alda. *Poemas*. Porto: Vertente, 1984.

LOPES, Luís Carlos. *A informação e os arquivos: teorias e práticas*. Niterói: EdUFF; São Carlos: EdUFSCar, 1996.

MAGALHÃES, Rute. A Casa por quem a viveu. In: LOURIDO, Rui D'Ávila (Coord.). *Casa dos Estudantes do Império: 50 anos – testemunhos, vivências, documentos*. Lisboa: UCCLA/Imprensa Municipal, 2017, p. 111-113.

MARTINHO, Ana Maria Mão-de-Ferro. Reflexões em torno dos contributos literários na *Mensagem* da CEI. In: FREUDENTHAL, Alda (Coord.). *Mensagem – Casa dos Estudantes do Império 1944-1994*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Municipal/UCCLA, 2015, p. 53-64.

MATA, Inocência. *A Casa dos Estudantes do Império e o lugar da literatura na consciencialização política*. Lisboa: Imprensa Municipal/UCCLA, 2015.

MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante. *A mulher em África – vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Colibri, 2007.

MELO, Helena Pereira de. *Os direitos das mulheres no Estado Novo – a Segunda Grande Guerra*. Coimbra: Almedina, 2017.

NOGUEIRA, Cristina. Resgatar a memória: os jornais *3 Páginas para as Camaradas das Casas do Partido* e *A Voz das Camaradas das Casas do Partido*. In: LOFF, Manuel (Coord.). *Ditaduras e revolução. Democracia e políticas da memória*. Coimbra: Almedina, 2014.

PASSOS, Joana. A Casa dos Estudantes do Império – as poetisas africanas da década de 50 e os filmes de Sarah Maldoror. *Diacrítica*, v. 34, n. 2, p. 148-166, 2020.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROSAS, Fernando. A CEI no contexto da política colonial portuguesa. In: FREUDENTHAL, Alda (Coord.). *Mensagem – Casa dos Estudantes do Império 1944-1994*. 2. ed. Lisboa: Imprensa Municipal/ UCCLA, 2015, p. 15-24.

SANTO, Alda do Espírito. *É nosso o solo sagrado da terra – poesia de protesto e luta*. Lisboa: Ulmeiro, 1978.

SAÚTE, Nelson. *Nunca mais é sábado – antologia de poesia moçambicana*. Lisboa: Dom Quixote, 2004.

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ESTUDOS DA LINGUAGEM – v. 10, n. 1 (2022)

DOSSIÊ: TECENDO MEMÓRIAS, PRESERVANDO HERANÇAS, ILUMINANDO CAMINHOS: VOZES FEMININAS NAS LITERATURAS AFRICANAS EM LÍNGUA PORTUGUESA

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZAU, Filipe. *Marítimos africanos e um clube com história*. 2. ed. Lisboa: Paralelo, 2007.

Submissão: 26 de fevereiro de 2022

Aceite: 31 de maio de 2022